

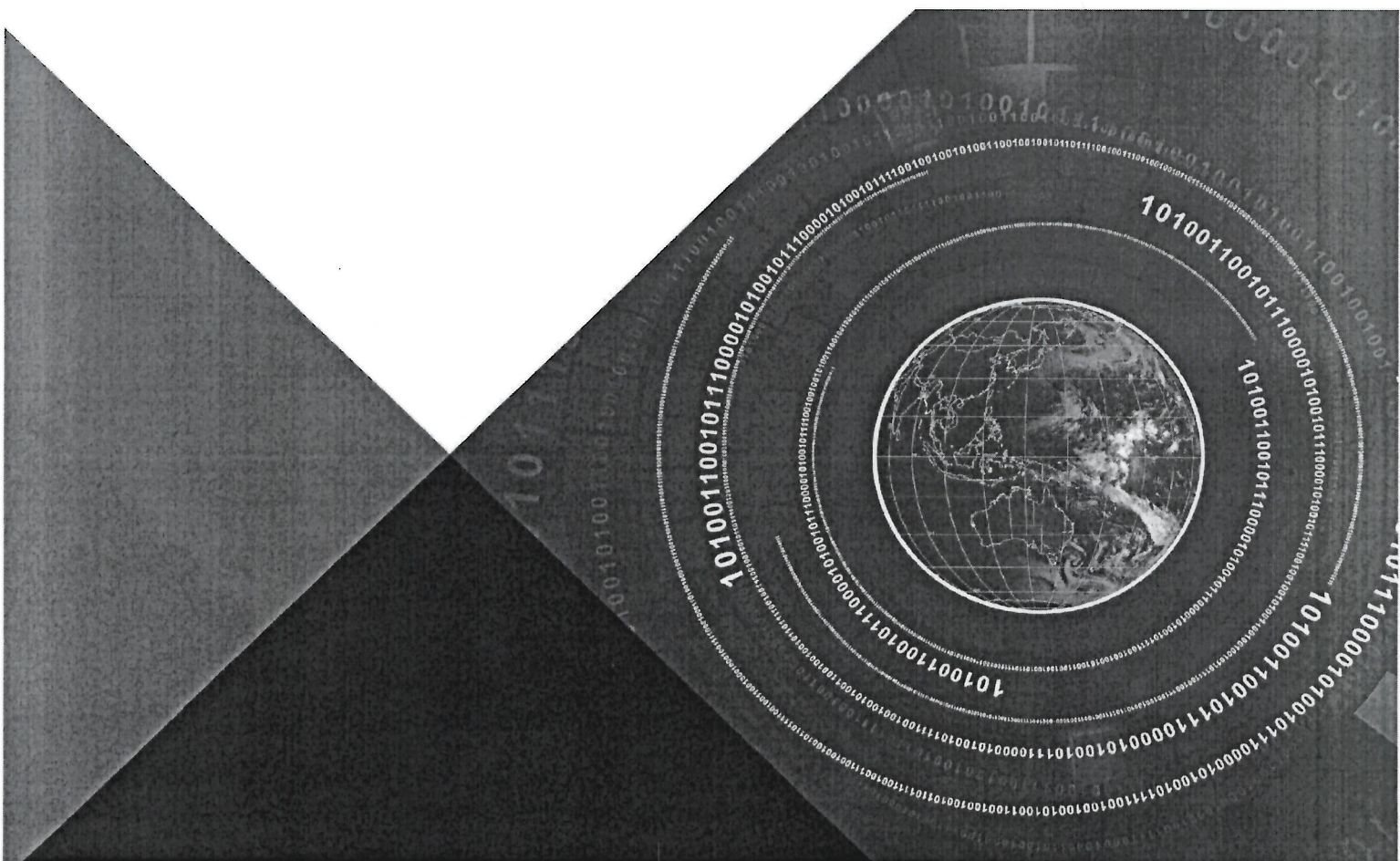


MOORE

RTA-131-2023

Fundação Padre Albino

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o relatório
dos auditores independentes**





RTA-131-2023

Ribeirão Preto SP, 20 de março de 2023.

À
Fundação Padre Albino
Catanduva - SP

**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Atenção do Senhor **Reginaldo Donizeti Lopes**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes

Alexandre Tadeu de Almeida
Diretor

Fundação Padre Albino

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório da Administração.....	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – método indireto	11
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 por atividade	12
Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 por atividade	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14
1 Informações gerais.....	14
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	17
3 Principais políticas contábeis	19
4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	25
5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos).....	25
6 Contas a receber de clientes.....	25
7 Subvenções a receber	26
8 Estoques	27
9 Adiantamentos	27
10 Propriedade para investimentos.....	27
11 Imobilizado.....	28
12 Fornecedores	29
13 Empréstimos e financiamentos	30
14 Obrigações trabalhistas e encargos sociais	31
15 Subvenções a realizar.....	31
16 Provisões para contingências e depósitos judiciais.....	31
17 Patrimônio líquido.....	32
18 Receitas Operacionais líquidas	33
19 Custos das atividades e serviços	35
20 Despesas gerais e administrativas.....	36
21 Resultado financeiro.....	36
22 Instrumentos financeiros	37
23 Isenções usufruídas	38
24 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME)	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, compreendendo as diversas unidades que constituem a Fundação Padre Albino, contando já com o parecer dos Auditores Independentes.

Durante o exercício a Entidade apresentou déficits em suas Unidades de Saúde, resultados que seguem a tendência dos últimos anos.

Em 2022 a área de Educação seguiu a tendência dos últimos anos apresentando resultados sólidos. A boa performance contribuiu fortemente na obtenção da manutenção do resultado alcançado pela Fundação Padre Albino. Na área de Assistência Social o resultado também seguiu a tendência de déficits dos últimos anos. Nas demais atividades (atividades meio), a Fundação Padre Albino apresentou superávit.

Em 2022 a Fundação Padre Albino promoveu investimentos em diversas áreas de atuação, a saber:

SAÚDE

- **Hospital Padre Albino** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 843.484. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 6.458.255. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 361.725. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 42.924. O valor total dos investimentos foi de R\$ 7.706.388;
- **Hospital Emílio Carlos** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 278.723. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 658.957. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 180.157. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 10.310. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.128.147.

EDUCAÇÃO

- **Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 66.053. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 4.965. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 95.429. O valor total dos investimentos foi de R\$ 166.538; e
- **Colégio Catanduva** - Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 760. O valor total dos investimentos foi de R\$ 760.

ASSISTÊNCIA SOCIAL / ADMINISTRATIVO

- **Recanto Monsenhor Albino** – Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 77.741. O valor total dos investimentos foi de R\$ 77.741; e
- **Coordenadoria Geral** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 4.899. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 8.803. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 111.894. Aquisição de Cotas de Consórcio no valor de R\$ 21.633. O valor total dos investimentos foi de R\$ 147.229.

No âmbito social, a entidade, através do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA, Hospital Padre Albino, Hospital Emílio Carlos e Recanto Monsenhor Albino, deu andamento a vários projetos beneficentes e ações sociais realizadas para a comunidade de Catanduva e região, através de projetos e atividades, cursos e palestras, orientações, pesquisas e prestação de serviços institucionais.

O número total de colaboradores no término dos exercícios de 2022 e 2021 era de 2.448 e 2.390, respectivamente.

Os Hospitais Padre Albino e Emílio Carlos seguem com o projeto de reciclagem de lixo (papelão, plástico e sucatas), onde a coleta é realizada. Os produtos são vendidos e o valor é destinado à área de captação de recursos, que os aplica no custeio das atividades de oncologia do complexo hospitalar.

Durante o ano foram promovidas várias ações e benefícios sociais para os seus colaboradores com relação à alimentação, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, saúde, segurança e medicina do trabalho, transporte, treinamento e outras.

Junto à comunidade foram desenvolvidos vários projetos, ações e contribuições, a saber: assistência jurídica gratuita a pessoas carentes através do CEPRAJUR, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, assessoria e consultorias, educação, saúde e saneamento, segurança no trabalho, treinamento de Gestão de Processos como fator de segurança para os pacientes, orientação à população sobre os cuidados e prevenção de queimaduras e doenças em geral.

Para o exercício de 2023 os objetivos, na área da saúde, serão dar andamento nos projetos de ambientação do Hospital Padre Albino e com isso possibilitar que o mesmo atenda melhor as demandas sociais atuais. Na mesma linha, dar continuidade a adequações da recepção da Rua Belém e a construção de um novo Pronto Atendimento na Rua 13 de Maio, ambos no Hospital Padre Albino. No Hospital Emílio Carlos será dado andamento no projeto de construção de nova ala, onde será instalada uma área de Hemodiálise, de Unidade de Terapia Intensiva, de Central de Materiais e Esterilização e de Central de Distribuição.

Na área educacional, os planos incluem manter a manutenção das instalações dos campi existentes do Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA e do Colégio Catanduva.

No Departamento de Assistência Social os planos incluem a manutenção das instalações das edificações e aquisições de novos bens móveis.



Moore Prisma Auditores e
Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores e conselheiros da
Fundação Padre Albino
Catanduva - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Padre Albino ("Fundação ou FPA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Padre Albino em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As informações contidas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 14 de março de 2022, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 20 de março de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Alexandre Tadeu de Almeida
Contador – CRC-1SP184819/O-0

Fundação Padre Albino

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	4	69.933.263	79.625.226	Fornecedores	12	7.505.730	8.157.743
Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	5	6.315.550	5.315.056	Empréstimos e financiamentos	13	2.905.044	2.823.929
Contas a receber de clientes	6	12.477.119	10.351.078	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	8.376.751	8.707.910
Subvenções a receber	7	22.390.122	27.173.014	Provisões trabalhistas e de encargos		9.636.043	8.434.965
Estoques	8	4.609.802	5.927.273	Subvenções a realizar	15	27.846.835	31.892.081
Adiantamentos	9	3.498.030	1.384.586	Outras obrigações		5.280.492	5.280.134
Outros créditos		126.649	362.075	Total do passivo circulante		61.550.895	65.296.762
Total do ativo circulante		119.350.535	130.138.308				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	5.568.002	6.902.307
Depósitos judiciais	16	11.148.913	8.568.751	Subvenções a Realizar	15	5.465.998	23.400.006
Subvenções a receber	7	5.465.998	23.400.006	Provisões para contingências	16	14.463.448	11.946.479
		16.614.911	31.968.757	Total do passivo não circulante		25.497.448	42.248.792
Propriedades para investimento	10	50.053.081	9.335.203	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	11	79.494.578	80.521.065	Patrimônio social		121.857.632	112.144.558
Intangível		147.256	227.587	Reservas patrimoniais		22.787.734	22.787.734
Total do ativo não circulante		146.309.826	122.052.612	Superávit do exercício		33.966.652	9.713.074
				Total do patrimônio líquido		178.612.018	144.645.366
Total do ativo		265.660.361	252.190.920	Total do passivo e patrimônio líquido		265.660.361	252.190.920

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Contratualização SUS		69.643.608	78.174.773
Planos de saúde privado		47.805.036	41.733.856
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares		7.366.383	6.665.775
Mensalidades - atividade educação		77.753.574	65.273.167
Gratuidade com bolsas de estudos		8.521.933	7.898.134
Contraprestações Assistenciais Recebidas		334.217	346.313
Serviços Voluntários Obtidos		72.680	68.699
Subvenções, convênios e parcerias		36.155.749	36.910.557
Imunidades usufruídas	23	31.796.165	29.636.792
Outras Receitas		6.555.784	8.007.870
		286.005.129	274.715.936
Deduções da receita operacional			
Gratuidade com bolsas de estudos		(8.521.933)	(7.898.134)
Bolsas de estudos concedidas		(6.591.077)	(4.719.066)
		(15.113.010)	(12.617.200)
Receitas operacionais líquidas	18	270.892.119	262.098.736
Custos das atividades e serviços			
Custos com pessoal		(110.798.587)	(101.830.868)
Serviços Voluntários Obtidos		(72.680)	(68.699)
Subvenções, convênios e parcerias		(36.155.749)	(36.910.557)
Imunidade das contribuições sociais	23	(31.796.165)	(29.636.792)
Custos com manutenção das atividades		(80.060.307)	(69.818.640)
	19	(258.883.488)	(238.265.556)
Superávit bruto		12.008.631	23.833.180
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(9.360.517)	(7.182.678)
Depreciações e amortizações		(6.371.419)	(6.177.358)
Despesas com processos e contingências judiciais		(3.131.971)	(1.402.330)
Outras receitas operacionais	10	36.786.002	-
		17.922.095	(14.762.366)
Superávit antes do resultado financeiro		29.930.726	9.070.814
Receitas Financeiras		9.781.448	4.242.360
Despesas Financeiras		(5.745.522)	(3.600.100)
Resultado financeiro	21	4.035.926	642.260
Superávit do exercício		33.966.652	9.713.074

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2022	2021
Superávit do exercício	<u>33.966.652</u>	<u>9.713.074</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>33.966.652</u>	<u>9.713.074</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	102.159.519	22.787.734	9.985.039	134.932.292
Incorporação ao patrimônio social	9.985.039	-	(9.985.039)	-
Superávit do exercício	-	-	9.713.074	9.713.074
Saldos em 31 de dezembro de 2021	112.144.558	22.787.734	9.713.074	144.645.366
Incorporação ao patrimônio social	9.713.074	-	(9.713.074)	-
Superávit do exercício	-	-	33.966.652	33.966.652
Saldos em 31 de dezembro de 2022	121.857.632	22.787.734	33.966.652	178.612.018

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	33.966.652	9.713.074
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	6.371.419	6.177.358
Provisão para perdas com contas a receber de clientes	1.505.354	377.814
Variação do valor justo	(36.786.002)	-
Juros incorridos líquido	2.082.185	-
Provisão para contingências	2.516.969	411.557
Custo residual de ativo imobilizado vendidos/baixados	30.327	1.072
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(3.631.395)	(869.832)
Subvenções a receber	22.716.900	22.837.552
Estoques	1.317.471	104.220
Depósitos judiciais	(2.580.162)	(775.093)
Outros ativos	(1.878.018)	318.310
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores	(652.013)	1.988.488
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(331.159)	(100.642)
Provisões trabalhistas e de encargos	1.201.078	1.148.302
Subvenções a realizar	(21.979.254)	(23.746.241)
Outros passivos	358	3.337
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.870.710	17.589.276
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(9.226.803)	(10.035.260)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.226.803)	(10.035.260)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(3.335.376)	(273.764)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.335.376)	(273.764)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(8.691.469)	7.280.252
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	76.248.813	84.940.282
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84.940.282	77.660.030
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(8.691.469)	7.280.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 por atividade

Em reais

	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Livres)	5.606.329	62.187.979	26.998	2.111.957	69.933.263
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Restritos)	6.065.302	-	-	250.248	6.315.550
Contas a receber de clientes	7.757.504	4.585.170	-	134.445	12.477.119
Subvenções a Receber	22.121.862	-	268.260	-	22.390.122
Estoques	4.528.709	10.711	13.075	57.307	4.609.802
Adiantamentos	2.133.076	1.178.964	35.257	150.733	3.498.030
Outros créditos	119.888	32	-	6.729	126.649
Total do ativo circulante	48.332.670	67.962.856	343.590	2.711.419	119.350.535
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	6.619.434	55.780	-	4.473.699	11.148.913
Subvenções a Receber	5.465.998	-	-	-	5.465.998
	12.085.432	55.780	-	4.473.699	16.614.911
Propriedades para investimento	-	-	-	50.053.081	50.053.081
Imobilizado	63.668.301	11.816.218	1.444.468	2.565.591	79.494.578
Intangível	5.657	116.261	-	25.338	147.256
Total do ativo não circulante	75.759.390	11.988.259	1.444.468	57.117.709	146.309.826
Total do ativo	124.092.060	79.951.115	1.788.058	59.829.128	265.660.361
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	7.121.661	173.176	52.766	158.127	7.505.730
Empréstimos e financiamentos	2.905.044	-	-	-	2.905.044
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	5.253.408	2.169.753	114.971	838.619	8.376.751
Provisões trabalhistas e de encargos	6.069.324	2.439.903	144.961	981.855	9.636.043
Subvenções a realizar	27.594.087	-	2.500	250.248	27.846.835
Outras obrigações	4.082.989	302.208	7.222	888.073	5.280.492
Total do passivo circulante	53.026.513	5.085.040	322.420	3.116.922	61.550.895
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	5.568.002	-	-	-	5.568.002
Subvenções a Realizar	5.465.998	-	-	-	5.465.998
Provisões para contingências	6.706.165	1.404.897	79.264	6.273.122	14.463.448
Total do passivo não circulante	17.740.165	1.404.897	79.264	6.273.122	25.497.448
Patrimônio líquido					
Patrimônio social	(24.825.391)	183.523.129	(23.885.296)	(12.954.810)	121.857.632
Reservas patrimoniais	22.502.256	6.532	186.025	92.921	22.787.734
Superávit (déficit) do exercício	(27.727.885)	22.612.207	(2.350.975)	41.433.305	33.966.652
Total do patrimônio líquido	(30.051.020)	206.141.868	(26.050.246)	28.571.416	178.612.018
Total do passivo e patrimônio líquido	40.715.658	212.631.805	(25.648.562)	37.961.460	265.660.361

Fundação Padre Albino

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 por atividade Em reais

	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Consolidado
Receitas operacionais					
Contratualização SUS	69.643.608	-	-	-	69.643.608
Planos de saúde privado	47.805.036	-	-	-	47.805.036
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	7.353.218	13.165	-	-	7.366.383
Mensalidades - atividade educação	-	77.753.574	-	-	77.753.574
Gratuidade com bolsas de estudos	-	8.521.933	-	-	8.521.933
Contraprestações Assistenciais Recebidas	-	-	334.217	-	334.217
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	72.680	72.680
Subvenções, convênios e parcerias	35.921.493	-	234.256	-	36.155.749
Imunidades usufruídas	20.670.559	8.246.414	389.079	2.490.113	31.796.165
Outras Receitas	1.920.109	87.766	90.635	4.457.274	6.555.784
	183.314.023	94.622.852	1.048.187	7.020.067	286.005.129
Deduções da receita operacional					
Gratuidade com bolsas de estudos	-	(8.521.933)	-	-	(8.521.933)
Bolsas de estudos concedidas	-	(6.591.077)	-	-	(6.591.077)
	-	(15.113.010)	-	-	(15.113.010)
Receita operacionais líquidas	183.314.023	79.509.842	1.048.187	7.020.067	270.892.119
Custos das atividades e serviços					
Custos com pessoal	(73.939.822)	(24.533.862)	(1.858.618)	(10.466.285)	(110.798.587)
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	(72.680)	(72.680)
Subvenções, convênios e parcerias	(35.921.493)	-	(234.256)	-	(36.155.749)
Imunidade das contribuições usufruídas	(20.670.559)	(8.246.414)	(389.079)	(2.490.113)	(31.796.165)
Custos com manutenção das atividades	(68.084.915)	(24.859.789)	(739.641)	13.624.038	(80.060.307)
	(198.616.789)	(57.640.065)	(3.221.594)	594.960	(258.883.488)
Superávit bruto	(15.302.766)	21.869.777	(2.173.407)	7.615.027	12.008.631
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(4.928.363)	(2.375.290)	(51.971)	(2.004.893)	(9.360.517)
Depreciações e amortizações	(4.610.563)	(1.015.453)	(118.098)	(627.305)	(6.371.419)
Despesas com processos e contingências judiciais	(1.764.052)	(917.029)	(200)	(450.690)	(3.131.971)
Outras receitas operacionais	-	-	-	36.786.002	36.786.002
	(11.302.978)	(4.307.772)	(170.269)	33.703.114	17.922.095
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	(26.605.744)	17.562.005	(2.343.676)	41.318.141	29.930.726
Receitas Financeiras	1.195.112	8.342.898	6.626	236.812	9.781.448
Despesas Financeiras	(2.317.255)	(3.292.696)	(13.924)	(121.647)	(5.745.522)
Resultado financeiro	(1.122.143)	5.050.202	(7.298)	115.165	4.035.926
Superávit (déficit) do exercício	(27.727.887)	22.612.207	(2.350.974)	41.433.306	33.966.652

Fundação Padre Albino

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Fundação Padre Albino ("Fundação ou FPA"), entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem prazo determinado de duração devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, sob nº 47.074.851/0001-42, criada em 11 de março de 1968, sob a estrutura fundacional, como autoriza o artigo 44. III do Código Civil, com sede central e domicílio civil na Rua dos Estudantes nº 225 - Parque Iracema, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo - CEP 15.809-144.

A FPA é mantenedora das seguintes unidades: Hospital Escola "Padre Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0008-19, Hospital Escola "Emílio Carlos" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0009-08, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0014-67, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA CAMPUS SÃO FRANCISCO 47.074.851/0016-29, Colégio Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0003-04, Recanto "Monsenhor Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0010-33, Centro Cultural e Histórico "Padre Albino" inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0011-14, da propriedade rural Fazenda Promissão inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0007-38 e do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0015-48.

A missão da FPA, outrora idealizado pelo Padre Albino Alves da Cunha e Silva está pautada na promoção humana e por consequência na melhora da condição de vida das pessoas que estão em estado de ampla vulneração social, especialmente os doentes e, com o propósito de cumprir a genuína missão, a FPA definiu como sua finalidade a atuação nas áreas da saúde, educacional e assistencial.

Na área da saúde, a FPA presta assistência médica e hospitalar em regime ambulatorial e de internação, preferencialmente às pessoas residentes e domiciliados na cidade de Catanduva, bem como de outra região, guardadas as limitações da sua capacidade instalada e orçamentária. Atualmente, pelo reconhecimento que a FPA possui como entidade beneficente de assistência social, agrega à sua finalidade a oferta e o atendimento de pacientes não só advindos dos planos de saúde e particulares, mas especialmente aqueles provindos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a celebração de instrumento jurídico com o gestor Estadual, respeitado a obrigatoriedade da limitação mínima de atendimentos prevista na legislação vigente.

Na área educacional, a FPA mantém educação básica e superior (incluindo pós-graduações), presencial ou à distância, própria ou de terceiros, bem como incentiva e fomenta a pesquisa e o desenvolvimento das investigações científicas e históricas. Para a consecução da promoção educacional, a FPA promove, anualmente, a concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais, observados os limites e termos da legislação vigente, inclusive a regra de compensação social.

Na área assistencial, a FPA promove serviços sócio assistenciais aos idosos e/ou a outros usuários enquadrados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação em plena observância à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, guardadas as suas limitações legais e orçamentárias.

1.2 Impostos e contribuições – renúncia fiscal

A entidade é imune à incidência de alguns tributos e contribuições a saber:

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A FPA, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos art. 150, VI, "c", e art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

(ii) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, art. 2, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas as suas finalidades essenciais, não se submetem a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita a incidência desse imposto sobre as referidas operações.

(iii) Programa de Integração Social (PIS)

No passado, ante a controvérsia da regra do art. 55, da Lei 8.212/91, vez que necessária a existência de lei complementar para instituir requisitos ao implemento de imunidade tributária no tocante às entidades sociais, a FPA deliberou por ajuizar Ação Ordinária de Inexigibilidade Tributária com Repetição de Indébito, na 1ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, com a opção da realização do depósito judicial, que a teor do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Posteriormente, em data de 23/02/2017, o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, com o reconhecimento da repercussão geral da matéria concernente à questão de que os requisitos para o gozo da imunidade não de estar previstos em lei complementar, restando pacificado a imunidade das instituições detentoras do CEBAS em relação ao PIS sobre a folha. Vale destacar que mesmo diante da decisão, a FPA em uma conduta cautelosa optou por manter o depósito judicial dos valores do PIS, vide nota explicativa nº 16.

(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A FPA goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS esta abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

(v) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária, de acordo com a Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 23.

(vi) Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A FPA por se tratar de entidade filantrópica e beneficente de assistência social na área da saúde, goza de inquestionável imunidade/isenção tributária, em razão do art. 150, inciso VI, letra "c", da Constituição Federal/88, também fundado no entendimento sedimentado pelo e. Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 767332, onde foi reconhecida a existência de repercussão geral. Também, em relação à municipalidade, a FPA é isenta das taxas de serviço urbano (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0097 de 21/12/1998) bem como da taxa de coleta de lixo (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0938 de 12/08/2018) em relação à alguns imóveis.

(vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, alterada pela Medida Provisória nº 1.075/2021, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao Sesu/MEC, com o qual a FPA firmou Termo de Adesão para o Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA, com a última renovação em 15 de julho de 2022, para vigorar a partir do 2º semestre de 2022. Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

Para o gozo da imunidade, segundo a Lei nº 9.532/97, art. 12, parágrafo 2º, a Fundação está obrigada a atender os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- (e) apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

1.3 Da certificação no CEBAS

A Fundação Padre Albino teve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – deferida mediante Portaria SAES/MS nº 298 de 13/09/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/09/2022, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que está em curso nesse órgão sob nº de controle, SIPAR 25000.164012/2020-44, protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 23/11/2020, o qual encontra-se em análise técnica, com base na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, no Decreto nº 8242/14 e na Portaria GM/MS nº 834 de 26/04/2016.

1.4 Manutenção financeira

A FPA é mantida através de auxílios, doações, legados, subvenções, receitas que se originam do desempenho de suas finalidades sociais e das atividades exercidas, receitas patrimoniais e financeiras e outras receitas oriundas de atividades que tenham por fim gerar recursos para sua manutenção.

Todos os recursos financeiros serão administrados e utilizados apenas para o cumprimento das finalidades sociais.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 20 de março de 2023.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 10** – mensuração do valor justo das propriedades para investimentos;
- **Nota explicativa nº 11** – análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

e Mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse de realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

A Fundação usa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo de ativo:

- A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo;

- quando os preços cotados estão indisponíveis, utiliza-se o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas; e
- outras técnicas para estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação na troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócio.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

A Fundação reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou o passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Fundação (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo.

Sua mensuração subsequente ocorre ao final do exercício de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros: (a) os instrumentos de dívida são mensurados com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros; e (b) compromissos de receber empréstimo são avaliados com base no custo (que às vezes é nulo) menos reduções ao valor recuperável.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Fundação são: i) caixa e equivalentes de caixa (recursos livres); ii) caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos); iii) contas a receber de clientes; e iv) outros créditos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Fundação são: i) fornecedores; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações.

No final de cada período de divulgação, a Fundação avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Fundação reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado.

A Fundação desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

- Os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou
- A Fundação transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
- A Fundação, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra

para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

b Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres) abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos) abrangem depósitos bancários e investimentos financeiros. Tais recursos financeiros estão vinculados a projetos/subvenções/convênios e serão utilizados quando da realização dos mesmos.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e Subvenções a receber

As subvenções a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos contratos/convênios representativos desses créditos, referentes principalmente por direitos a receber de contratos e convênios públicos destinados a custeio e investimentos.

f Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

g Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta de resultado.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas no resultado.

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos e construções em andamento não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

i.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Para contas a receber de clientes, a Fundação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a FPA não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A FPA estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

i.2 Ativos não financeiros

A administração da Fundação deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e posteriormente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Subvenções a Realizar

As subvenções a realizar são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no ativo em contrapartida do passivo em conta específica de subvenções a realizar e são realizados em confronto com as despesas correspondentes, atendendo as condições da seção 24 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

m Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

o Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

p Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

q Reconhecimento de receita e despesas

As receitas operacionais da Fundação constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados em seus dois Hospitais-Escola, das mensalidades escolares dos alunos matriculados em seus diversos departamentos de ensino, das doações de pessoas físicas e jurídicas e dos auxílios e subvenções recebidos de órgãos governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único.

As gratuidades são praticadas em todos os departamentos mantidos pela Fundação, tendo em vista sua finalidade filantrópica, sendo apuradas de acordo com as áreas de atuação da entidade, a saber: Saúde, Educação e Assistência Social.

q.1 Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de educação básica e ensino superior.

q.2 Bolsa de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo as determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente a filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

q.3 Prestação de serviços médico hospitalares

Os procedimentos médicos hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

q.4 Subvenções

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos) e seção 24 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas a subvenção.

r Receitas com trabalhos voluntários

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a custos das atividades.

4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Descrição	2022	2021
Caixa	52.155	11.812
Bancos conta movimento - sem restrição	180.680	263.433
Aplicações financeiras - sem restrição	69.700.428	79.349.981
	69.933.263	79.625.226

As aplicações financeiras - sem restrição são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Descrição	2022	2021
Bancos conta movimento - com restrição	62.727	200.792
Aplicações financeiros - com restrição	6.252.823	5.114.264
	6.315.550	5.315.056

As aplicações financeiras – com restrição, referem-se a recursos vinculados aos Convênios/Projetos públicos. Permanecem restritos e aplicados substancialmente em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação.

6 Contas a receber de clientes

a Composição do saldo

Descrição	2022	2021
Contas a receber de clientes:		
Clientes - educação	8.363.227	6.842.238
Clientes convênio - saúde	6.151.924	4.274.634
Sistema único de saúde - SUS	1.672.484	1.672.485
Clientes particular - saúde	394.756	94.126
	16.582.391	12.883.483
Outras contas a receber:		
Cartão de crédito	174.154	187.073
Cheques a receber	138.832	139.032
Outras contas a receber	134.255	188.649
	17.029.632	13.398.237
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (i)	(4.552.513)	(3.047.159)
	12.477.119	10.351.078

b Composição do saldo por vencimento do contas a receber de clientes

	2022
A vencer	7.138.095
Vencidos:	
Até 30 dias	998.177
De 31 até 60	583.672
De 61 até 90	555.694
De 91 até 120	573.824
De 121 até 150	452.671
De 151 até 180	383.104
De 181 até 365	2.246.010
Acima de 365 dias	4.243.999
	<u>17.175.246</u>
Antecipações de mensalidades (ii)	<u>(592.855)</u>
	<u>16.582.391</u>

- (i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as particularidades operacionais da Fundação, após criteriosa análise das contas a receber vencidas. Para o contas a receber do SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias. A administração da Fundação entende ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.
- (ii) Refere-se a matrículas/mensalidades para o ano letivo subsequente, recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício social. Serão reconhecidos no resultado do exercício de 2023 de acordo com o regime de competência.

7 Subvenções a receber

Descrição	2022	2021
Hospital Escola Padre Albino	23.869.192	41.166.340
Hospital Escola Emílio Carlos	3.984.428	9.138.420
Recanto Monsenhor Albino	2.500	268.260
	<u>27.856.120</u>	<u>50.573.020</u>
Circulante	22.390.122	27.173.014
Não circulante	5.465.998	23.400.006

As subvenções a receber são registrados no ativo em contrapartida do passivo e são realizados, quando do seu efetivo recebimento.

8 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos e materiais hospitalares	3.459.416	4.894.362
Materiais de manutenção	231.643	240.579
Produtos alimentícios	154.982	157.325
Materiais de limpeza	237.146	151.971
Materiais de segurança e medicina do trabalho	209.325	190.694
Almoxarifado e outros estoques	317.290	292.342
	4.609.802	5.927.273

O saldo dos estoques, em sua maioria, é representado por medicamentos, materiais médico-hospitalares e outros produtos relacionados a atividade hospitalar, utilizados na prestação de serviços de saúde nos hospitais. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

9 Adiantamentos

Descrição	2022	2021
Adiantamento a fornecedores (i)	1.620.316	30.820
Adiantamento de férias	1.809.527	1.339.247
Adiantamento a funcionários	36.759	(11.712)
Outros adiantamentos	31.428	26.231
	3.498.030	1.384.586

(i) Parte substancial dos adiantamentos se referem a antecipação de recursos para aquisição de imobilizado na área de saúde.

10 Propriedade para investimentos

	Terrenos rurais	Terrenos urbanos	Edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.391.193	4.321.123	622.887	9.335.203
Depreciação do exercício	-	-	(48.279)	(48.279)
Transferências do imobilizado	-	-	3.980.155	3.980.155
Variação do valor justo do exercício	27.640.295	941.691	8.204.016	36.786.002
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.031.488	5.262.814	12.758.779	50.053.081

A Fundação adota o método de valor justo em atendimento a seção 16 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado. O valor justo dos terrenos e das edificações mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

11 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2022		2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.117.337	-	12.117.337	11.645.437
Edificações e benfeitorias	4%	71.607.502	(23.359.139)	48.248.363	48.123.734
Máquinas e equipamentos (i)	10%	37.383.434	(23.492.665)	13.890.769	15.117.688
Instalações	10%	1.047.878	(1.044.353)	3.525	17.318
Móveis e utensílios (i)	10%	11.159.820	(7.935.783)	3.224.037	3.183.249
Equipamentos de informática (i)	20%	5.998.095	(4.450.699)	1.547.396	1.918.305
Veículos (i)	20%	1.405.121	(1.323.538)	81.583	155.400
Imobilizações em curso	-	853.338	-	853.338	853.338
Outras imobilizações	-	21.634	-	21.634	-
(-) Provisão para perdas - impairment	-	(493.404)	-	(493.404)	(493.404)
		141.100.755	(61.606.177)	79.494.578	80.521.065

b Movimentação do custo de aquisição

	2020	Adição	Baixas	2021	Adição	Baixas	Transferências	2022
Terrenos	11.645.161	276	-	11.645.437	-	-	471.900	12.117.337
Edificações e benfeitorias	67.708.112	1.614.282	-	69.322.394	7.117.212	-	(4.832.105)	71.607.503
Máquinas e equipamentos	30.564.633	6.182.343	-	36.746.976	1.193.160	(556.702)	-	37.383.434
Instalações	1.047.878	-	-	1.047.878	-	-	-	1.047.878
Móveis e utensílios	9.679.115	954.117	(28.630)	10.604.602	619.270	(64.052)	-	11.159.820
Equipamentos de informática	4.469.320	1.433.845	(79.506)	5.823.659	275.528	(101.092)	-	5.998.095
Veículos	1.438.370	21.751	(55.000)	1.405.121	-	-	-	1.405.121
Imobilizações em curso	853.338	-	-	853.338	-	-	-	853.338
Outras imobilizações	190.785	10.480	(201.265)	-	21.633	-	-	21.633
(-) Provisão para perdas - impairment	(493.404)	-	-	(493.404)	-	-	-	(493.404)
	127.103.308	10.217.094	(364.401)	136.956.001	9.226.803	(721.846)	(4.360.205)	141.100.755

c Movimentação da depreciação acumulada

	2020	Adição	Baixas	2021	Adição	Baixas	Transferências	2022
Edificações e benfeitorias	(18.486.788)	(2.711.872)	-	(21.198.660)	(2.540.529)	-	380.050	(23.359.139)
Máquinas e equipamentos	(19.603.864)	(2.025.424)	-	(21.629.288)	(2.395.396)	532.019	-	(23.492.665)
Instalações	(1.001.366)	(29.194)	-	(1.030.560)	(13.793)	-	-	(1.044.353)
Móveis e utensílios	(6.911.036)	(537.876)	27.559	(7.421.353)	(575.652)	61.222	-	(7.935.783)
Equipamentos de informática	(3.356.540)	(628.320)	79.506	(3.905.354)	(643.623)	98.278	-	(4.450.699)
Veículos	(1.183.253)	(110.592)	44.124	(1.249.721)	(73.817)	-	-	(1.323.538)
	(50.542.847)	(6.043.278)	151.189	(56.434.936)	(6.242.810)	691.519	380.050	(61.606.177)

Os bens do ativo imobilizado estão líquidos dos bens adquiridos com recursos dos Convênios firmados com a Fundação ou repassados pelos órgãos públicos, através de Contratos e Termo de Permissão de Uso (bens de terceiros). São reconhecidos em contas devedoras e credoras distintas do ativo imobilizado e mantidos ao seu valor histórico. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tinha a seguinte composição:

Bens de terceiros	2022	2021
Máquinas e equipamentos	13.470.577	12.742.328
Móveis e utensílios	757.230	671.802
Equipamentos de informática	24.002	12.490
Veículos	44.125	44.125
	14.295.934	13.470.745

12 Fornecedores

Descrição	2022	2021
Fornecedores - atividade saúde	7.121.661	7.655.093
Fornecedores - atividade educação	173.176	279.820
Fornecedores - atividade social	52.766	58.633
Fornecedores demais atividades	158.127	164.197
	7.505.730	8.157.743

13 Empréstimos e financiamentos

a Composição do saldo

Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento final	2022		2021	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de crédito bancário - capital de giro	10,0195%	17/11/2025	2.905.044	5.568.002	2.823.929	6.902.307
			2.905.044	5.568.002	2.823.929	6.902.307

b Abertura do passivo não circulante pelos seus vencimentos:

Ano de vencimento	2022
2024	2.905.044
2025	2.662.958
	5.568.002

O saldo de empréstimos e financiamento está representado por uma única operação com o Banco Bradesco S.A., com garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	5.383.597	5.410.206
PIS sobre folha de pagamento a recolher	4.088	4.031
IRRF a recolher sobre salários	1.147.195	1.094.371
FGTS a recolher	838.022	768.072
INSS a recolher sobre salários	555.597	505.475
Rescisões a pagar	192.447	160.637
Outras obrigações	255.805	765.118
	8.376.751	8.707.910

15 Subvenções a realizar

Descrição	2022	2021
Hospital Escola Padre Albino	24.606.424	42.956.850
Hospital Escola Emílio Carlos	5.332.075	10.021.081
Ambulatório Médico de Especialidades	3.121.586	1.936.379
Coordenadoria	250.248	31
Recanto Monsenhor Albino	2.500	377.746
	33.312.833	55.292.087
Circulante	27.846.835	31.892.081
Não circulante	5.465.998	23.400.006

As subvenções a realizar, inicialmente, tem sua contrapartida registrada no ativo (nota explicativa nº 7) e, posteriormente, quando realizadas, são reconhecidas no resultado do exercício, na mesma proporção das despesas e custos incorridos por projeto, de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Fundação.

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos estão quantificadas em montante considerado suficiente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para atender às expectativas de perdas prováveis na solução desses processos, sendo parcialmente cobertas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo.

As perdas prováveis provisionadas e os depósitos judiciais, nas demonstrações contábeis estão assim compostos:

	Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Efeito líquido dos depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	1.805.859	1.493.440	500.344	372.659	1.305.515	1.120.781
Cíveis	4.274.054	2.892.974	2.265.034	636.027	2.009.020	2.256.947
Tributária	8.383.535	7.560.065	8.383.535	7.560.065	-	-
	14.463.448	11.946.479	11.148.913	8.568.751	3.314.535	3.377.728

A Fundação possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, em um total aproximado de R\$ 8.984.693 (R\$ 6.979.165 em 2021), para as quais a Administração da Fundação, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

17 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 178.612.018 (R\$ 144.645.366 em 2021).

b Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício de 2022 no montante de R\$ 33.966.652, deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Reunião Ordinária do Conselho de Administração e referendo do Conselho de Curadores em sua Reunião Ordinária.

18 Receitas Operacionais Líquidas

	2022	2021
Receitas - atividade saúde		
Contratualização SUS (i)	69.643.608	78.174.773
Planos de saúde privado	47.805.036	41.733.856
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	7.353.218	6.665.775
Contribuições e doações voluntárias	1.453.791	1.932.661
Outras Receitas	466.318	379.167
Receita operacional líquida - atividade saúde	126.721.971	128.886.232
Receitas - atividade educação		
Mensalidades - educação superior	73.253.887	61.402.778
Mensalidades - educação básica	4.499.688	3.870.389
Gratuidade com bolsas de estudo - educação superior	8.017.207	7.487.339
Gratuidade com bolsas de estudo - educação básica	504.726	410.795
Contribuições e doações voluntárias	9.040	-
Outras Receitas	91.890	79.894
	86.376.438	73.251.195
Deduções da receita - atividade educação (ii)		
Bolsas de estudos integrais (100%) - ensino superior - Lei 12.101/2009	(7.085.379)	(6.696.744)
Bolsas de estudos parciais (50%) - ensino superior - Lei 12.101/2009	(931.828)	(790.595)
Bolsas de estudos integrais (100%) - educação básica - Lei 12.101/2009	(495.904)	(401.940)
Bolsas de estudos parciais (50%) - educação básica - Lei 12.101/2009	(8.822)	(8.855)
Bolsas de estudos concedidas - educação superior	(5.446.622)	(3.702.786)
Bolsas de estudos concedidas - educação básica	(1.144.455)	(1.016.280)
	(15.113.010)	(12.617.200)
Receita operacional líquida - atividade educação	71.263.428	60.633.995
Receitas - atividade social		
Contraprestações assistenciais recebidas	334.217	346.312
Contribuições e doações voluntárias	74.461	132.582
Outras Receitas	16.174	11.195
Receita operacional líquida - atividade social	424.852	490.089
Receitas - demais atividades		
Contribuições e doações voluntárias	2.063.828	3.022.804
Serviços voluntários obtidos (nota explicativa nº 23)	72.680	68.699
Aluguéis/arrendamentos	1.654.167	1.429.264
Outras receitas	739.279	1.020.304
Receita operacional líquida - demais atividades	4.529.954	5.541.071
Imunidades usufruídas	31.796.165	29.636.792
Subvenções, convênios e parcerias	36.155.749	36.910.557
Receita operacional líquida - total	270.892.119	262.098.736

- (i) Na área de saúde, a Fundação Padre Albino, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei 12.101/2009, seus respectivos decretos regulamentadores e Portaria n. 834 de 26/04/2016, prestou ao longo do exercício de 2022, atendimento a pacientes Sistema Único de Saúde – SUS em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

Capacidade instalada

	Capacidade Instalada (Leitos)		Dedicação ao SUS (Leitos)		Percentual SUS (%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Departamento de Saúde						
Hospital - Escola Padre Albino	207	207	139	139	67,15	67,15
Hospital - Escola Emílio Carlos	164	183	132	152	80,49	83,06
Total	371	390	271	291	73,05	74,62

Total de pacientes/dia (internações)

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emílio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
SUS	35.250	39.009	36.115	30.758	71.365	69.767	84,90	84,72
Convênios/Particular	10.453	9.880	2.242	2.707	12.695	12.587	15,10	15,28
Total	45.703	48.889	38.357	33.465	84.060	82.354	100	100

Total de internações

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emílio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
SUS	8.620	9.213	5.902	3.842	14.522	13.055	78,65	79,76
Convênios/Particular	3.502	2.998	439	315	3.941	3.313	21,35	20,24
Total	12.122	12.211	6.341	4.157	18.463	16.368	100	100

Atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emílio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
SUS	21.920	20.541	75.467	53.658	97.387	74.199	72,09	75,03
Convênios/Particular	30.599	19.448	7.114	5.243	37.713	24.691	27,91	24,97
Total	52.519	39.989	82.581	58.901	135.100	98.890	100	100

(ii) Na área de ensino, a Fundação concedeu bolsas de estudos a alunos, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Ensino	Nº de Alunos Beneficiados		Valor dos Benefícios	
	2022	2021	2022	2021
UNIFIPA - Medicina	277	222	7.085.931	5.578.217
UNIFIPA - Direito e Adm. Empresas	331	298	2.496.488	2.396.415
UNIFIPA - Enfermagem	168	127	898.397	665.151
UNIFIPA - Educação Física	122	138	805.080	1.023.378
UNIFIPA - Biomedicina	121	93	577.141	482.393
UNIFIPA - Pedagogia	58	57	234.435	235.895
UNIFIPA - Pós-Graduação	43	43	18.955	18.600
UNIFIPA - Agronomia	92	56	642.179	413.827
UNIFIPA - Farmácia	87	60	628.340	375.665
UNIFIPA - Tecnólogo RH	84	-	76.883	-
Colégio Catanduva	582	533	1.649.181	1.427.659
Total	1.965	1.627	15.113.010	12.617.200

(iii) Na área de assistência social, foram atendidos gratuitamente, em regime de internato, idosos de ambos os sexos no Recanto Monsenhor Albino, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Assistência Social	Idosos institucionalizados		Custo anual de atendimento	
	2022	2021	2022	2021
Recanto Monsenhor Albino	30	31	3.002.784	3.282.299
Total	30	31	3.002.784	3.282.299

19 Custos das atividades e serviços

	2022	2021
Custo com pessoal		
Salários e ordenados	(63.056.359)	(67.710.101)
Horas extras	(3.502.155)	(610.478)
Adicional noturno	(1.891.675)	(433.795)
Adicional de insalubridade	(6.545.866)	(1.444.250)
Gratificações	(655.943)	(141.308)
Décimo terceiro salário	(6.956.959)	(6.348.522)
Férias	(9.445.434)	(8.681.307)
Aviso prévio	(395.763)	(430.236)
Indenizações trabalhistas	(1.209.857)	(1.137.953)
FGTS sobre folha de pagamento	(7.277.841)	(6.741.702)
FGTS sobre décimo terceiro	-	(578.916)
FGTS sobre férias	(88.969)	(660.345)
PIS sobre folha de pagamento	(852.142)	(792.323)
PIS sobre décimo terceiro	-	(72.364)
PIS sobre férias	(11.121)	(82.709)
Contratados	(2.740.887)	(2.396.297)
Cestas básicas e vale alimentação	(4.793.224)	(2.788.794)
Outros gastos com pessoal	(1.374.392)	(779.468)
	(110.798.587)	(101.830.868)
Serviços voluntários obtidos	(72.680)	(68.699)
Custos com pessoal - total	(110.871.267)	(101.899.567)
Custos com manutenção das atividades, incluindo subvenções e parcerias		
Medicamentos	(19.472.440)	(21.734.187)
Materiais hospitalares	(12.671.219)	(14.304.658)
Médicos plantonistas	(16.094.626)	(14.176.920)
Serviços auxiliares de diagnóstico - SADT	(17.611.159)	(7.230.853)
Serviços médicos - pessoa jurídica	(13.329.019)	(12.323.212)
Órtese e prótese	(7.206.088)	(5.725.070)
Energia elétrica	(3.293.940)	(3.317.215)
Resíduos hospitalares	(700.574)	(672.547)
Rouparia e lavanderia	(3.760.386)	(3.523.938)
Higiene e limpeza	(1.698.976)	(1.263.821)
Material de escritório	(1.041.841)	(886.830)
Gêneros alimentícios	(4.412.039)	(3.408.977)
Material de manutenção e consumo	(2.135.831)	(2.162.774)
Materiais de laboratório	(1.103.432)	(4.899.324)
Dietas e suplementos alimentar	(572.966)	(647.589)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(3.805.165)	(2.568.821)
Residência médica	(1.322.215)	(1.353.284)
Conservação e reparação	(4.288.422)	(4.669.391)
Gás, água e esgoto	(657.618)	(549.350)
Outros gastos	(1.038.100)	(1.310.436)
	(116.216.056)	(106.729.197)
Imunidade das contribuições sociais	(31.796.165)	(29.636.792)
Custos das atividades e serviços - total	(258.883.488)	(238.565.556)

20 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas, assessoria e consultoria com informática	(2.911.235)	(2.409.782)
Publicidade e propaganda	(1.251.061)	(1.068.295)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.505.914)	(289.649)
Honorários de prestadores de serviços	(201.135)	(199.157)
Aluguéis	(917.665)	(1.095.740)
Combustíveis e lubrificantes	(220.124)	(168.816)
Viagens e estadias	(391.117)	(268.151)
Telefone e internet	(445.847)	(502.809)
Impostos e taxas	(694.887)	(582.787)
Outras despesas	(821.532)	(597.492)
	<u>(9.360.517)</u>	<u>(7.182.678)</u>

21 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.000.198	3.308.340
Juros ativos	478.744	513.544
Descontos obtidos	302.385	420.476
Outras receitas financeiras	121	-
	<u>9.781.448</u>	<u>4.242.360</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(3.166.460)	(3.186.950)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.134.394)	-
Taxas e comissões bancárias	(405.461)	(357.717)
Juros e multa	(26.217)	(28.675)
Outras despesas financeiras	(12.990)	(26.758)
	<u>(5.745.522)</u>	<u>(3.600.100)</u>
Resultado financeiro	<u>4.035.926</u>	<u>642.260</u>

22 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

Descrição	Nota	2022	2021	Classificação
Ativos financeiros				
Caixa e bancos conta movimento - sem restrição	4	232.835	275.245	(i)
Aplicações financeiras - sem restrição	4	69.700.428	79.349.981	(ii)
Bancos conta movimento - com restrição	5	62.727	200.792	(i)
Aplicações financeiros - com restrição	5	6.252.823	5.114.264	(ii)
Contas a receber de clientes	6	12.477.119	10.351.078	(i)
Outros créditos		126.649	362.075	(i)
		88.852.581	95.653.435	
Passivos financeiros				
Fornecedores	12	7.505.730	8.157.743	(iii)
Empréstimos e financiamentos	13	8.473.046	9.726.236	(iii)
Outras obrigações		5.280.492	5.280.134	(iii)
		21.259.268	23.164.113	

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado
- (ii) Valor justo por meio de resultado
- (iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

b Fatores e riscos que podem afetar os negócios da Fundação

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;

b.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Fundação. Equivalentes de caixa, que inclui aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber de clientes está relacionado a mensalidades de alunos e prestação de serviços médicos. Para mitigar esses riscos de crédito, a Fundação adota como prática a análise das situações financeiras de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Especificamente para o contas a receber de alunos, o risco de crédito é gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. A Fundação possui, ainda, a provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes no montante de R\$ 4.552.513 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.047.159 em 31 de dezembro de 2021).

b.2 Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrara dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez e de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da fundação.

b.3 Risco de taxa de juros

A Fundação procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. A taxa de juro de empréstimos e financiamentos estão vinculadas a taxa de mercado contratualmente pré-fixadas não havendo riscos de flutuação ou exposição por conta de alterações de taxas.

c Estimativa do valor justo

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que, o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação, estejam próximos aos seus valores contábeis.

A administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

23 Isenções usufruídas

Em atendimento ao Artigo 30º, Inciso III, item (c) da Portaria nº 1.970, de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, são demonstradas a seguir, os valores relativos aos benefícios fiscais usufruídos durante os exercícios de 2022 e de 2021:

Descrição	2022	2021
INSS Cota Patronal	25.886.875	23.992.454
Cofins	5.909.290	5.644.338
	31.796.165	29.636.792

a Isenção usufruída da contribuições previdenciárias (INSS)

Departamento da Fundação	Valor bruto da folha de pagamento		Contribuição anual devida	
	2022	2021	2022	2021
Hospital - Escola Padre Albino	36.654.177	34.290.629	10.189.861	9.532.795
Hospital – Escola Emílio Carlos	21.361.383	19.317.561	5.938.465	5.370.282
Ambulatório Médico de Especialidades – AME	2.912.072	2.741.141	809.556	762.037
Departamentos de saúde - total	60.927.632	56.349.331	16.937.882	15.665.114
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	20.126.133	18.765.584	5.595.065	5.216.832
Colégio Catanduva	1.732.221	1.648.748	481.557	458.352
Centro Cultural e Histórico Padre Albino	82.351	73.134	22.894	20.331
Departamentos de ensino - total	21.940.705	20.487.466	6.099.516	5.695.516
Recanto Monsenhor Albino	1.363.797	1.388.547	379.135	386.016
Departamentos de assistência social - total	1.363.797	1.388.547	379.135	386.016
Coordenadoria Geral	8.886.122	8.078.447	2.470.342	2.245.808
Outros departamentos - total	8.886.122	8.078.447	2.470.342	2.245.808
Total geral	93.118.255	86.303.790	25.886.875	23.992.454

b Isenção usufruída da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Departamento da Fundação	Base de cálculo	COFINS devida	Base de cálculo	COFINS devida
	2022	2022	2021	2021
Hospital - Escola Padre Albino	95.730.502	2.871.915	78.204.131	2.346.124
Hospital – Escola Emílio Carlos	28.692.072	860.762	48.432.650	1.452.979
Departamentos de saúde - total	124.422.575	3.732.677	126.636.781	3.799.103
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	68.059.530	2.041.786	57.699.992	1.731.000
Colégio Catanduva	3.503.731	105.112	2.854.109	85.623
Departamentos de ensino - total	71.563.261	2.146.898	60.554.101	1.816.623
Recanto Monsenhor Albino	331.461	9.944	346.312	10.389
Departamentos de assistência social - total	331.461	9.944	346.312	10.389
Coordenadoria Geral	659.023	19.771	607.423	18.223
Outros departamentos - total	659.023	19.771	607.423	18.223
Total geral	196.976.320	5.909.290	188.144.617	5.644.338

c Trabalhos voluntários usufruídos

No decorrer do ano de 2022 o conselho de administração, que é composto por voluntários, doou para a Fundação 1.152 horas de trabalho. Essas horas de trabalho e os encargos incidentes sobre elas, somaram um montante de R\$ 72.680 (nota explicativa nº 18), que foram registrados conforme define a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

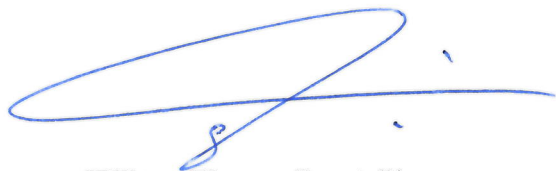
24 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME)

A Fundação Padre Albino firmou contrato de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, em 26 de julho de 2011 (001.0500.000.023/2011), renovado em 26 de Julho de 2016 (001.0500.000.015/2016), que foi renovado em 01 de Julho de 2021 (Nº SES – PRC – 2021/08034) por intermédio da Secretária de Estado da Saúde, regido pela Lei Complementar nº 846 de 04 de Junho de 1998, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços no Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva – AME CATANDUVA, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão acima mencionado tem por finalidade atender com recursos humanos e técnicos os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e IAMSPE tendo como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde em conformidade com os anexos técnicos que integram os contratos de gestão citados acima.

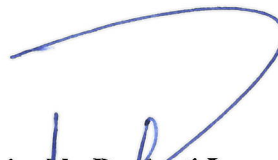
A Fundação Padre Albino, em atendimento a IN TCESP nº 01/2008, em seu artigo 40 e artigo 179, prestou contas das receitas e despesas computadas por fonte de recursos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, a saber:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas operacionais		
Repasse Contrato de Gestão/Convênio (Fixo + variável)	10.615.615	9.211.192
Resultado de Aplicação Financeira	<u>391.749</u>	<u>101.590</u>
	<u>11.007.364</u>	<u>9.312.782</u>
Despesas operacionais		
Pessoal	(3.582.838)	(3.324.320)
Serviços de Terceiros – P. Jurídica	(4.367.751)	(3.889.593)
Materiais	(777.718)	(632.903)
Gerais (Água, Luz, Telefone, Aluguel)	(251.512)	(285.004)
Tributárias/Financeiras	(7.092)	(5.957)
Outras Despesas	(1.786)	(1.199)
Ações Judiciais	(121.914)	(65.044)
Ressarcimento por Rateio	<u>(713.992)</u>	<u>(610.354)</u>
	<u>(9.824.603)</u>	<u>(8.814.374)</u>
Resultado operacional	<u>1.182.761</u>	<u>498.407</u>
Total dos investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>

Catanduva (SP), 31 de dezembro de 2.022



Héilton Wagner Benetelli
Diretor Administrativo/Financeiro
Diretoria Executiva
Contador - CRC 1SP199582/O-3
CPF. 170.643.438-35



Reginaldo Donizeti Lopes
Diretor Presidente
Diretoria Executiva
CPF. 095.938.058-26



CNPJ 47.074.851/0001-42 | Inscrição Estadual: Isenta

Declarada de Utilidade Pública:
Federal – Decreto nº 49.886, de 12/01/61 | Estadual – Decreto nº 36.621, de 24/05/60 | Municipal – Lei nº 934, de 09/04/68.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis das Unidades e Consolidadas da Fundação Padre Albino, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, e com base: (i) no Relatório sem ressalvas da Moore Prisma Auditores e Consultores, de 20 de março de 2023; (ii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iii) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (iv) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores da Fundação Padre Albino, concluiu que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição financeira em 31 de dezembro de 2022, e as atividades desenvolvidas pela Fundação durante o exercício, e recomenda que sejam encaminhados para apreciação e aprovação pelo Conselho de Curadores.

Catanduva, 24 de março de 2023.


Laer Sérgio Dervelan
Presidente do Conselho Fiscal


Mário Luís Trassi Colnagi
Conselheiro Membro


Gilson Antonio Porceban
Conselheiro Membro

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.